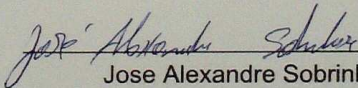


## **PROCURAÇÃO AD JUDICIA**

Outorgante: JOSE ALEXANDRE SOBRINHO, brasileiro(a), divorciado, inscrito(a) no CPF sob o no. 206.362.534-49, residente na Rua Antonio Alves Da Silva, no. 91, Renato Ribeiro, sapé/, vem constituir como advogada a Dra. LIDIANI MARTINS NUNES, OAB no. 10244/PB, com escritório localizado na Av. João Luis Ribeiro de Moraes, no. 15, João Pessoa/PB, fone: (83) 3241-1843.

PODERES: Pelo presente instrumento particular que assino, nomeio e constituo como bastante procuradora, a outorgada supra qualificada, outorgando-lhe plenos e especiais poderes, incluindo os das cláusulas extra e ad judicia para representar a outorgante em quaisquer instâncias, Juízos ou Tribunais, repartições e órgãos da Administração Pública direta ou indireta, Federal, dos Estados ou dos Municípios, podendo praticar, conjunta ou separadamente, todos os atos que se fizerem necessários ao bom e fiel cumprimento deste mandato, inclusive, propor quaisquer ações, defender nas que forem propostas, recorrer em qualquer Instância ou Tribunal, podendo, ainda, firmar os documentos necessários, transigir, desistir, renunciar ao direito sobre que se funda a ação, receber, dar quitação e firmar compromisso, substabelecer a presente no todo, ou em parte, com ou sem reserva de poderes e todos os demais poderes necessários para o bom e fiel cumprimento deste mandato, confessar, reconhecer a procedência do pedido, podendo inclusive a outorgada receber alvará nominal a(o) outorgante, e praticar todos os atos necessários para o bom e fiel desempenho deste mandato. Desde já fixo HONORÁRIOS CONTRATUAIS de 30% (Trinta por cento), independente dos sucumbenciais. E desde já autorizo a expedir alvará judicial de honorários contratuais separados, nos próprios autos do processo judicial.

João Pessoa, 11 de Fevereiro de 2014

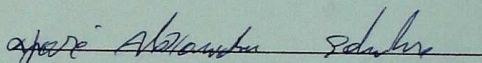
  
Jose Alexandre Sobrinho



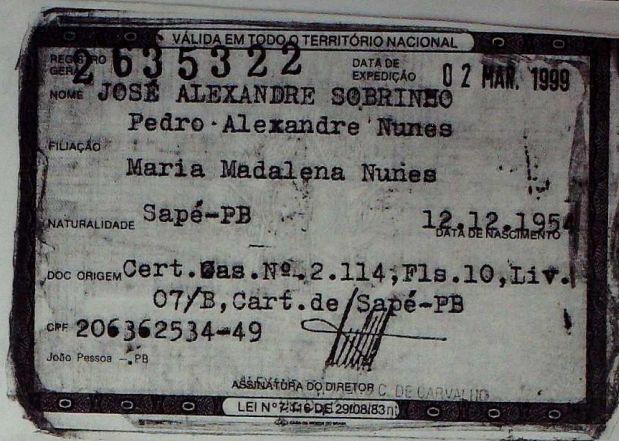
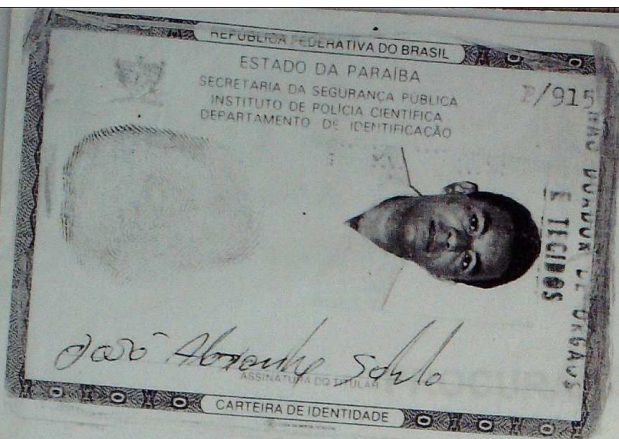
## **DECLARAÇÃO DE JUSTIÇA GRATUITA**

Eu, JOSE ALEXANDRE SOBRINHO, portador(a) do CPF 206.362.534-49, não podendo arcar com as despesas e custas judiciais sem prejuízo do meu sustendo, solicito o benefício da Justiça Gratuita com base na Lei n.º 1060/50.

João Pessoa, 11 de Fevereiro de 2014

  
Jose Alexandre Sobrinho





João Pessoa, 11 de Fevereiro de 2014





GOVERNO DO ESTADO DA PARAÍBA  
SECRETARIA DO ESTADO DA SAÚDE  
HOSPITAL DE EMERGÊNCIA E TRAUMA SENADOR HUMBERTO LUCENA  
DIREÇÃO TÉCNICA



## LAUDO MÉDICO

### INFORMAÇÕES PESSOAIS

NOME DO PACIENTE Jose Alexandre Sobrinho  
DATA DE NASCIMENTO 12/12/54  
NOME DA MÃE Maria Madalena Nunes

### DADOS EXTRAÍDOS

BOLETIM DE ENTRADA N.º 474294  
DATA DO ATENDIMENTO 12/09/10  
HORA DO ATENDIMENTO 20:36  
MOTIVO DO ATENDIMENTO Acidente de 4 automóvel  
DIAGNÓSTICO (S) Contusão cotovelo direito  
CID 10 S50.0

### AVALIAÇÃO INICIAL:

Paciente deu entrada neste Serviço, vítima de acidente de automóvel, apresentando trauma em cotovelo esquerdo com limitação de movimentos. Avaliado pela Traumatologia.

### EXAMES SOLICITADOS/REALIZADOS:

RX cotovelo esquerdo

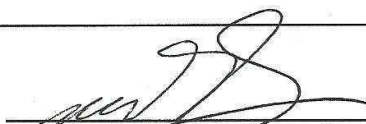
### RESULTADOS DOS EXAMES:

Sem anormalidades

### TRATAMENTO:

1º atendimento + tala axilo-palmar

ALTA HOSPITALAR: 12/09/10  
DATA DA EMISSÃO: 16/11/10

  
Dr. Juan Jaime Alcoba Arce  
CRM: 3323/PB

**ATENÇÃO:** Este documento destina-se à comprovação de atendimento hospitalar para: DML, INSS, EMPRESAS, ESCOLAS, MINISTÉRIO DO TRABALHO e CONTINUIDADE DE TRATAMENTO



4º TABELIONATO DE NOTAS  
RUA RODRIGUES DE AGUIAR, 59  
CENTRO - JOÃO PESSOA - PB  
FONE/FAX (83) 322-33478 / 3241-9439  
travassos@pb.com.br

Certifico que a presente cópia é reprodução fiel do original que me foi exibido. Dou fé.  
João Pessoa-PB, 18/05/2012. [2012-0021863]

Assinado eletronicamente por: LIDIANI MARTINS NUNES - 28/08/2015 12:22:33





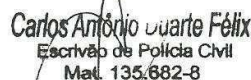
GOVERNO DO ESTADO DA PARAÍBA  
SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA E DA DEFESA SOCIAL  
GERÊNCIA EXECUTIVA DE POLÍCIA CIVIL METROPOLITANA  
DELEGACIA DE ACIDENTES DE VEÍCULOS DA CAPITAL  
Praça Firmino da Silveira, S/N, Varadouro – CEP. 58.010-170 – Fone. (83) 3218-5334

## BOLETIM DE OCORRÊNCIA POLICIAL Nº 881/2012.

Aos dezoito dias do mês de maio do ano de dois mil e doze, nesta cidade de João Pessoa, Estado da Paraíba, na Delegacia de Acidentes de Veículos da Capital, sob a responsabilidade do Delegado de Polícia Heleno de Souza Moreira Filho, comigo escrivão de seu cargo, ao final assinado, aí por volta das 11:20h, compareceu o (a) Senhor (a): **JOSÉ ALEXANDRE SOBRINHO**, brasileiro, natural de Sapé/PB, Divorciado, com 57 anos de idade, Motorista, Alfabetizado, filho de Pedro Alexandre Nunes e de Maria Madalena Nunes, RG. 2.635.322-SSP/PB, residente na Quadra 379, Lote 85, Valentina de Figueiredo II, nesta capital, o (a) qual notificou o seguinte: QUE, no dia 12/09/10, por volta das 18:00h, quando conduzia o veículo de marca VW/PARATI, cor branca, ano 1996, de placa MMR-5746/PB, chassi nº 9BWZZZ379TT076401, pela BR-230, na cidade de Boqueirão/PB, após ter sido atingido por outro veículo, o notificante sofreu contusão do cotovelo direito, sendo socorrido para o Hospital de Emergência e Trauma Senador Humberto Lucena, onde se submeteu a procedimentos médicos. Por este motivo notificou o fato. O referido é verdade, dou fé.

João Pessoa (PB), 18 de maio de 2012.

  
Notificante

  
Carlos Antônio Duarte Félix  
Escrivão de Polícia Civil  
Mat. 135.682-8

Escrivão



Assinado eletronicamente por: LIDIANI MARTINS NUNES - 28/08/2015 12:22:44

  
GOVERNO DO ESTADO DA PARAÍBA  
SECRETARIA DA SEGURANÇA E DEFESA SOCIAL  
INSTITUTO DE POLÍCIA CIENTÍFICA  
DEPARTAMENTO DE MEDICINA LEGAL  
GERÊNCIA EXECUTIVA DE MEDICINA E ODONTOLOGIA LEGAL

C: 383611    Laudo nº: 77511211

**LAUDO TRAUMATOLÓGICO**  
Ferimento ou ofensa física

Data do exame: 30/12/2011

Órgão Requisitante: DAV. nº da Solicitação: 2531/2011 Autoridade Solicitante: Gilson Fernandes de Brito. Nome: JOSÉ ALEXANDRE SOBRINHO, 57 anos. filho(a) de: Pedro Alexandre Nunes e de: Maria Madalena Nunes. Sexo: Masculino Estado civil: Casado(a). Nacionalidade: Brasileira. Natural de: Sapé. Profissão: Motorista.

**HISTÓRICO:** Vítima de acidente de trânsito por volta das 16:00 h no dia 12/09/10 na BR 230, Km 103,5, Campina Grande/PB.

**DESCRIÇÃO:** O examinado apresenta atrofia da musculatura do membro superior esquerdo com limitação dos movimentos do cotovelo e diminuição da força do membro e segundo laudo médico o mesmo foi atendido vítima de acidente de trânsito com traumatismo do cotovelo esquerdo.

**QUESITOS:**

- 1º Há ferimento ou ofensa física? **SIM.**
- 2º Qual o meio que o ocasionou? **AÇÃO CONTUNDENTE.**
- 3º Houve perigo de vida? **NÃO**
- 4º Resultou debilidade permanente de membro, sentido ou função? **SIM, DEBILIDADE EM GRAU MÍNIMO DA FUNÇÃO DO MEMBRO SUPERIOR ESQUERDO.**
- 5º Resultou incapacidade para as ocupações habituais por mais de trinta dias? **SIM, POR TRAUMA DO COTOVELO.**
- 6º Provocou aceleração de parto? **PREJUDICADO**
- 7º Resultou perda ou inutilização de membro, sentido ou função? **NÃO.**
- 8º Originou incapacidade permanente para o trabalho ou enfermidade incurável? **NÃO.**
- 9º Resultou deformidade permanente? **NÃO.**
- 10º Provocou aborto? **PREJUDICADO.**

Dr(a). Delfim Soares de Andrade Junior  
Pepito Oficial Médico-Legal  
Mns075/821-3 CRM 2205/PB



Carta-fiel que a presente cópia é reprodução fiel do original que me foi exibido. Dou fe.  
João Pessoa-PB, 18/05/2012. [2012-0021865]



ANEXO: LAUDO Nº 77511211  
LIDIANI MARTINS NUNES - Pág. 1/1



Visualizar agenda de expediente

Voltar

## Dados do Processo

Navegar pelo  
Processo

Número CNJ	3046167-61.2011.815.2001		
Número do Processo	200.2011.971.857-1 ( 1360 dias em tramitação )		
Data de Distribuição	1 de Novembro de 2011 às 23:13:59		
Juízo	1º Juizado Especial Cível da Capital		
Processo Principal	O Próprio		
Classe Processual	PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL	Fase Processual	CONHECIMENTO
Assunto			
Segredo de Justiça	NÃO	Prioridade	NORMAL
Situação	NÃO CADASTRADA	Objeto	OBJETO NAO CADASTRADO
Valor da Causa	R\$ 20.400,00	Último Evento	Arquivamento
Petição/ Analisar	0 Petição(ões)	Prazos Para certificar em Vara	0 Intimação (ões) 0 Cumprimento (s) do Cartório
Processos Dependentes	Sem processos.	Processos Apenso	Sem processos.

## Promovente(s)

Nome	Identidade	CPF/CNPJ	Receber Citações/Intimações online	Endereço/Filiação
JOSE ALEXANDRE SOBRINHO		206.362.534-49	Não / Não	Mostrar/Ocultar

## Promovido(s)

Nome	Identidade	CPF/CNPJ	Receber Citações/Intimações online	Endereço/Filiação
SEGURADORA NOBRE SA		Não cadastrado	Não / Não	Mostrar/Ocultar

## Advogado(s)

PARTE(S)	OBS	ADVOGADO(S)
JOSE ALEXANDRE SOBRINHO		OAB: 10244-PB LIDIANI MARTINS NUNES
SEGURADORA NOBRE SA		OAB: 20111A-PB SAMUEL MARQUES CUSTÓDIO DE ALBUQUERQUE

## Movimentações

Nº	Eventos do Processo	Data	Arquivos
148	Arquivamento	24/07/15 11:33	
	Ato ordinatório		Movimentação sem arquivos.

<https://ejus.tjpb.jus.br/projudi/listagens/DadosProcesso?numeroProcesso=2002011971...> 28/8/2015





**Poder Judiciário da Paraíba**  
**7ª Vara Cível da Capital**

PROCEDIMENTO ORDINÁRIO (7) 0819658-72.2015.8.15.2001

**DESPACHO**

Vistos, etc.

Vê-se, em uma simples análise dos autos, que a exordial não preenche os requisitos exigidos no art. 282, inc. VI do CPC, pois deixou de juntar cópia da sentença que determinou o arquivamento do processo no juizado especial, em razão da sua extinção sem julgamento do mérito, documento indispensável a pretensão do autor.

Assim, com amparo no art. 284, do código processual civil **DETERMINO** que à parte autora emende a inicial no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de indeferimento, por inépcia.

Intime-se.

JOÃO PESSOA, 8 de setembro de 2015.

JOSÉ CÉLIO DE LACERDA SÁ - Juiz(a) de Direito





**Poder Judiciário da Paraíba**  
**7ª Vara Cível da Capital**

PROCEDIMENTO ORDINÁRIO (7) 0819658-72.2015.8.15.2001

**DESPACHO**

Vistos, etc.

Vê-se, em uma simples análise dos autos, que a exordial não preenche os requisitos exigidos no art. 282, inc. VI do CPC, pois deixou de juntar cópia da sentença que determinou o arquivamento do processo no juizado especial, em razão da sua extinção sem julgamento do mérito, documento indispensável a pretensão do autor.

Assim, com amparo no art. 284, do código processual civil **DETERMINO** que à parte autora emende a inicial no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de indeferimento, por inépcia.

Intime-se.

JOÃO PESSOA, 8 de setembro de 2015.

JOSÉ CÉLIO DE LACERDA SÁ - Juiz(a) de Direito



anexo



**EXCELENTÍSSIMO (A) SENHOR (A) DOUTOR (A) JUIZ (A)  
DO(A) 7A. VARA CIVEL DE JOÃO PESSOA - PB**


**Processo de no. 0819658-72.2015.8.15.2001**

**JOSE ALEXANDRE SOBRINHO**, devidamente qualificado(a), nos autos da **Ação de DPVAT**, sob o número **0819658-72.2015.8.15.2001**, por intermédio de seu advogado(a) e bastante procurador(a), vem mui respeitosamente, a presença de Vossa Excelência, **REQUERER:**

a JUNTADA da sentença de extinção do juizado, e ato contínuo junto por oportuno o laudo juntado da perícia nos autos do processo do juizado pelo IML devidamente graduado, em que o juiz leigo por erro não observou as provas dos autos designou pericia para graduar a lesão, sem a intimação pessoal do autor o que ensejou na sentença de extinção. Imperioso mencionar que o laudo do IML juntado naquela oportunidade já se encontrava graduado em GRAU MÍNIMO e mesmo assim, por erro o juiz LEIGO sem, observar as provas dos autos designou pericia para graduar o que já se encontrava periciado e devidamente graduado pelo iml

Termos em que pede deferimento.

João Pessoa, 21 de Janeiro de 2016

  
**LIDIANI MARTINS NUNES**  
**OAB NO. 10244/PB**





**PODER JUDICIÁRIO**  
**Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba**  
**1º Juizado Especial Cível da Comarca da Capital**

**PROCESSO Nº 200.2011.971.857-1**

**AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO OBRIGATÓRIO - DPVAT**

**DEMANDANTE: JOSE ALEXANDRE SOBRINHO**

**DEMANDADO: SEGURADORA NOBRE SA**

**SENTENÇA**

**AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS E MATERIAIS C/C OBRIGAÇÃO DE FAZER. DEMANDANTE QUE ABANDONA A CAUSA POR MAIS DE 30 (TRINTA) DIAS. EXTINÇÃO DO PROCESSO SEM JULGAMENTO DO MÉRITO. INTELIGÊNCIA DO ART. 267, III, CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL c/c o art. 51, § 1º, da Lei 9099/95.**

**I - RELATÓRIO**

Relatório dispensado (Lei 9.099/95, art. 38, caput).

**II – FUNDAMENTAÇÃO**

**1. DO MÉRITO**

No presente caso, foi determinada a realização de laudo complementar (evento 67). No entanto, deixou a parte autora de comparecer ao IML para realização do exame, conforme ofício remetido pelo DML (evento 91).

É imperiosa a extinção do feito, sem apreciação do seu mérito, quando o autor intimado não promove as diligências que lhe compete para o prosseguimento da ação.

No processo em tela, o demandante deixou de cumprir diligências determinada pelo juízo.

O artigo 267, III, da Lei Adjetiva Civil, c/c o art. 51, § 1º, da Lei 9099/95 estão assim redigidos: .

Arquivo assinado em, 24/02/14 19:37 por:  
JOSE WALLACE LINS DE OLIVEIRA pág. 1 / 2



Art. 267 - Extingue-se o processo, sem julgamento do mérito:

III - quando, por não promover os atos e diligências que lhe competir, o autor abandonar a causa por mais de 30 (trinta) dias;

ART. 51, § 1º: A extinção do processo independerá, em qualquer hipótese, de prévia intimação pessoal das partes.

Ora, não é outro o caso dos autos. O demandante, incumbido pelo Juízo de diligência, não cumpriu o determinado, abandonando a causa por mais de 30 (trinta) dias.

### III – DISPOSITIVO

ISTO POSTO, decido:

a) Extinguir o presente feito, fazendo-o a teor do art. 267, III, do Código de Processo Civil c/c o art. 51, § 1º, da Lei 9099/95;

b) Sem custas e verba honorária (LJE, art. 55).

A presente decisão será submetida ao Juiz togado nos termos do art. 40 da Lei nº 9.099/95.

Transitada em julgado, dê-se baixa e arquivem-se os autos. Publique-se. Registre-se. Intime-se.

João Pessoa, 24 de fevereiro de 2014.



JOSÉ WALLACE LINS DE OLIVEIRA

JUIZ LEIGO

Arquivo assinado em, 24/02/14 19:37 por:  
JOSE WALLACE LINS DE OLIVEIRA pág. 2 / 2



**EXCELENTÍSSIMO (A) SENHOR (A) DOUTOR (A) JUIZ (A) DA TURMA  
RECURSAL - PB****Processo de no. 3046167-61.2011.8.15.2001**

JOSE ALEXANDRE SOBRINHO, devidamente qualificado(a), nos autos da Ação de DPVAT, sob o número 3046167-61.2011.8.15.2001, por intermédio de sua advogada e bastante procuradora, vem mui respeitosamente, a presença de Vossa Excelência, REQUERER a RECONSIDERAÇÃO DO JULGADO para dar PROVIMENTO ao RECURSO DE APELAÇÃO da PARTE AUTORA, uma vez que ilustre julgador o LAUDO DO IML (Ev. 12) desde o INICIO SE ENCONTRA COM GRADUAÇÃO MÍNIMA DO MEMBRO, sendo assim, desnecessário se faz qualquer determinação da perícia, que o juiz de 1º GRAU, não OBSERVANDO QUE O PRÓPRIO LAUDO DO IML SE ENCONTRA GRADUADO determinou a realização da perícia, sem intimação da parte autora. Sendo assim, com fulcro na Lei 9099/95, interpõe, neste momento EMBARGOS DE DECLARAÇÃO PARA QUE A TURMA RECURSAL CHAME O FEITO A ORDEM, RECONHEÇA QUE O LAUDO TRAUMATOLÓGICO DO IML NO EVENTO 12, JÁ SE ENCONTRA devidamente graduado, DETERMINANDO A remessa dos autos para a instância de 1º GRAU para PROLATAR SENTENÇA, uma vez que em MOMENTO ALGUM NOS AUTOS HOUVE ABANDONO DE CAUSA, tanto que por duas vezes nos EVENTOS 85 e 96, a ADVOGADA PEDIU O JULGAMENTO DA LIDE, EMBORA O JUIZ MONOCRÁTICO NÃO TENHA PERCEBIDO QUE O LAUDO JÁ SE ENCONTRA DEVIDAMENTE GRADUADO.

Termos em que,  
Pede deferimento.

---

Dra. Lidiani Martins Nunes

Arquivo assinado em, 12/02/15 17:18 por:  
LIDIANI MARTINS NUNES pág. 1 / 2



OAB no. 10244/PB

Arquivo assinado em, 12/02/15 17:18 por:  
LIDIANI MARTINS NUNES pág. 2 / 2



  
GOVERNO DO ESTADO DA PARAÍBA  
SECRETARIA DA SEGURANÇA E DEFESA SOCIAL  
INSTITUTO DE POLÍCIA CIENTÍFICA  
DEPARTAMENTO DE MEDICINA LEGAL  
GERÊNCIA EXECUTIVA DE MEDICINA E ODONTOLOGIA LEGAL

C: 383611    Laudo nº: 77511211

**LAUDO TRAUMATOLÓGICO**  
Ferimento ou ofensa física

Data do exame: 30/12/2011

Órgão Requisitante: DAV. nº da Solicitação: 2531/2011 Autoridade Solicitante: Gilson Fernandes de Brito. Nome: JOSÉ ALEXANDRE SOBRINHO, 57 anos. filho(a) de: Pedro Alexandre Nunes e de: Maria Madalena Nunes. Sexo: Masculino Estado civil: Casado(a). Nacionalidade: Brasileira. Natural de: Sapé. Profissão: Motorista.

**HISTÓRICO:** Vítima de acidente de trânsito por volta das 16:00 h no dia 12/09/10 na BR 230, Km 103,5, Campina Grande/PB.

**DESCRIÇÃO:** O examinado apresenta atrofia da musculatura do membro superior esquerdo com limitação dos movimentos do cotovelo e diminuição da força do membro e segundo laudo médico o mesmo foi atendido vítima de acidente de trânsito com traumatismo do cotovelo esquerdo.

**QUESITOS:**

- 1º Há ferimento ou ofensa física? **SIM.**
- 2º Qual o meio que o ocasionou? **AÇÃO CONTUNDENTE.**
- 3º Houve perigo de vida? **NÃO**
- 4º Resultou debilidade permanente de membro, sentido ou função? **SIM, DEBILIDADE EM GRAU MÍNIMO DA FUNÇÃO DO MEMBRO SUPERIOR ESQUERDO.**
- 5º Resultou incapacidade para as ocupações habituais por mais de trinta dias? **SIM, POR TRAUMA DO COTOVELO.**
- 6º Provocou aceleração de parto? **PREJUDICADO**
- 7º Resultou perda ou inutilização de membro, sentido ou função? **NÃO.**
- 8º Originou incapacidade permanente para o trabalho ou enfermidade incurável? **NÃO.**
- 9º Resultou deformidade permanente? **NÃO.**
- 10º Provocou aborto? **PREJUDICADO.**

Dr(a). Delfim Soares de Andrade Junior  
Perito Oficial Médico-Legal  
Mns075/821-3 CRM 2205/PB



Certifico que a presente cópia é reprodução fiel do original que me foi exibido. Dou fe.  
João Pessoa-PB, 18/05/2012. [2012-0021865]



ANEXO MARTINS - CARTELA 15.20 por: LIDIANI MARTINS NUNES - Pág. 1/1



ANEXO



**EXCELENTÍSSIMO (A) SENHOR (A) DOUTOR (A) JUIZ (A)  
DO(A) 7A. VARA CIVEL DE JOÃO PESSOA - PB**


**Processo de no. 0819658-72.2015.8.15.2001**

**JOSE ALEXANDRE SOBRINHO**, devidamente qualificado(a), nos autos da **Ação de DPVAT**, sob o número **0819658-72.2015.8.15.2001**, por intermédio de seu advogado(a) e bastante procurador(a), vem mui respeitosamente, a presença de Vossa Excelência, **REQUERER:**

que determine a **CITAÇÃO** da parte promovida, através do **NOVO ENDEREÇO** que desde já passo a informar: **RUA JOAQUIM TORRES, n.º 244, TORRE, JOÃO PESSOA/PB**, e incontinentemente desde já solicita que seja designado audiência conciliatória

Termos em que pede deferimento.

João Pessoa, 21 de Janeiro de 2016

  
**LIDIANI MARTINS NUNES**  
**OAB NO. 10244/PB**





**Poder Judiciário da Paraíba**  
**7ª Vara Cível da Capital**

PROCEDIMENTO COMUM (7) 0819658-72.2015.8.15.2001

**DESPACHO**

Vistos, etc.

Defiro o pedido do evento n. 2781215

1. Nos termos do art. 334 do NCPC, designo audiência de conciliação/mediação para o dia \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_, às horas, intimações e diligências necessárias;
2. Intimem-se as partes, com antecedência mínima de 20 dias.;
3. Intime-se o autor para comparecimento, na pessoa de seu advogado, art. 334, § 3º, do NCPC;
4. Consigne-se que o não comparecimento injustificado das partes à audiência de conciliação é considerando ato atentatório à dignidade da justiça e será sancionado com multa de até dois por cento da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa, revestida em favor da União ou Estado, nos moldes do art. 334, § 8º, do NCPC.

CUMPRA-SE.

João Pessoa, 16 de junho de 2016

José Célio de Lacerda Sá – Juiz de Direito.







**ESTADO DA PARAÍBA**  
**PODER JUDICIÁRIO DA PARAÍBA**  
**Centro Judiciário II de Solução de Conflitos e Cidadania das Varas Cíveis da Comarca da Capital**

---

PROCESSO Nº 0819658-72.2015.8.15.2001  
PROCEDIMENTO COMUM (7)  
[ACIDENTE DE TRÂNSITO]

AUTOR: JOSE ALEXANDRE SOBRINHO  
RÉU: NOBRE SEGURADORA DO BRASIL S/A

**MANDADO DE CITAÇÃO E INTIMAÇÃO (RÉU)**

De ordem do MM. Juiz de Direito da Centro Judiciário II de Solução de Conflitos e Cidadania das Varas Cíveis da Comarca da Capital manda ao oficial de justiça que, em cumprimento a este, cite a parte, Nome: NOBRE SEGURADORA DO BRASIL S/A Endereço: Avenida Sinésio Guimaraes, 301, sls 03 a 05, Torre, JOÃO PESSOA - PB - CEP: 5 8 0 0 0 - 0 0 0 para comparecer a audiência de conciliação, no endereço supra em Tipo: Conciliação Sala: SALA 03 Data: 26/04/2017 Hora: 13:20 . Não havendo acordo, poderá oferecer defesa e produzir provas. Ficando advertido que, não sendo contestada a ação presumir-se-ão aceitos como verdadeiros, os fatos articulados pelo autor, constantes da inicial cuja cópia segue em anexo. no 7º Andar do fórum cível da capital

, em 5 de abril de 2017.

**MARIA DE LOURDES GONDIM**

PARA VISUALIZAR A CONTRAFÉ ACESSE O LINK:

<https://pje.tjpb.jus.br/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam>

NO CAMPO "Número do documento" INFORME O IDENTIFICADOR DO DOCUMENTO:

15082812162176300000001883283



Intimo o AUTOR(a) através do seu advogado (a) para comparecer a audiência de Conciliação a ser realizada no dia 26/04/ 2017 as 13:20 horas no Centro de Conciliação Cível no 7ª Andar do Fórum Cível da Capital.



## **CERTIDÃO**

Certifico e dou fé que em cumprimento ao mandado retro, no dia 07/04/2017, me dirigi ao endereço constante neste mandado, às 14h45min, e aí sendo, **DEIXEI DE CITAR/INTIMAR NOBRE SEGURADORA DO BRASIL S/A**, em face desta empresa **ter se mudado para lugar incerto e não sabido**, segundo informou a Sra. Suênia, funcionária da Empresa Garantia Seguros que funciona naquele endereço atualmente. O referido é verdade. Dou fé.

João Pessoa, 07 de abril de 2017.

**JASON ASSIS CARLOS PEREIRA SALDANHA**

Oficial de Justiça

Mat. 471.823-2





**ESTADO DA PARAÍBA**  
**PODER JUDICIÁRIO DA PARAÍBA**  
Centro Judiciário II de Solução de Conflitos e Cidadania das Varas Cíveis da Comarca da Capital

PROCESSO Nº 0819658-72.2015.8.15.2001  
PROCEDIMENTO COMUM (7)  
[ACIDENTE DE TRÂNSITO]

AUTOR: JOSE ALEXANDRE SOBRINHO  
RÉU: NOBRE SEGURADORA DO BRASIL S/A

**MANDADO DE CITAÇÃO E INTIMAÇÃO (RÉU)**

De ordem do MM. Juiz de Direito da Centro Judiciário II de Solução de Conflitos e Cidadania das Varas Cíveis da Comarca da Capital manda ao oficial de justiça que, em cumprimento a este, cite a parte ,

Nome: **NOBRE SEGURADORA DO BRASIL S/A** - *MUJov-58*

Endereço: Avenida Sinésio Guimaraes, 301, sls 03 a 05, Torre, JOÃO PESSOA - PB - CEP: 58000-000

para comparecer a audiência de conciliação, no endereço supra em Tipo: Conciliação Sala: SALA 03 Data: 26/04/2017 Hora: 13:20 . Não havendo acordo, poderá oferecer defesa e produzir provas. Ficando advertido que, não sendo contestada a ação presumir-se-ão aceitos como verdadeiros, os fatos articulados pelo autor, constantes da inicial cuja cópia segue em anexo. no 7º Andar do fórum cível da capital

, em 5 de abril de 2017.

**MARIA DE LOURDES GONDIM**

PARA VISUALIZAR A CONTRAFÉ ACESSE O LINK: <https://pje.tjpb.jus.br/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam>

NO CAMPO "Número do documento" INFORME O IDENTIFICADOR DO DOCUMENTO: 15082812162176300000001883283



Assinado eletronicamente por: MARIA DE LOURDES GONDIM  
<http://pje.tjpb.jus.br/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam>  
ID do documento: 7285504



17040514063295700000007143806

*SUENIA - FUNCIONÁRIA DA EMPRESA GARANTIA SEGURANÇA*



## **CERTIDÃO**

Certifico e dou fé que em cumprimento ao mandado retro, no dia 07/04/2017, me dirigi ao endereço constante neste mandado, às 14h45min, e aí sendo, **DEIXEI DE CITAR/INTIMAR NOBRE SEGURADORA DO BRASIL S/A**, em face desta empresa **ter se mudado para lugar incerto e não sabido**, segundo informou a Sra. Suênia, funcionária da Empresa Garantia Seguros que funciona naquele endereço atualmente. O referido é verdade. Dou fé.

João Pessoa, 07 de abril de 2017.

**JASON ASSIS CARLOS PEREIRA SALDANHA**  
Oficial de Justiça  
Mat. 471.823-2



termo de audiencia





**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DA PARAÍBA**  
**FORUM CÍVEL DA CAPITAL**  
**CENTRO DE MEDIAÇÃO E CONCILIAÇÃO CÍVEL**  
Av. João Machado, s/n, Centro, João Pessoa – PB. Telefone: 3208-2532

**PROCESSO:** 081.9658.72.2015.815.2001

**VARA DE ORIGEM:** 7ª VARA CÍVEL

**AUTOR:** JOSE ALEXANDRE SOBRINHO

**REU:** NOBRE SEGURADORA DO BRASIL S/A

**PRESENTES À AUDIÊNCIA**

**AUTOR(A):** JOSE ALEXANDRE SOBRINHO

**ADVOGADO(A) DO AUTOR(A):** LIDIANI MARTINS NUNES OAB PB10244

**AUSENTES À AUDIÊNCIA**

**RÉU:** NOBRE SEGURADORA DO BRASIL S/A

**TERMO DE AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO**

Aos 26 de abril de 2017, às 13 h: 20 min, foi aberta audiência de tentativa de conciliação, porém à ausência da parte RÉ, restou infrutífera a tentativa de conciliação.

E nada mais havendo a tratar, encerra-se o presente termo, que lido e achado conforme, retorna para Vara de origem devidamente assinado pelos presentes.

João Pessoa, em 26 de abril de 2017.

x *Jose Alexandre Sobrinho*

AUTOR

*Lidiani Martins Nunes* 10244/PB

ADVOGADO DO AUTOR

*Maria de Lourdes Gondim*  
CONCILIADOR/MEDIADOR



anexo



**EXCELENTÍSSIMO (A) SENHOR (A) DOUTOR (A) JUIZ (A)  
DO(A) 7A. VARA CIVEL DE JOÃO PESSOA - PB**


**Processo de no. 0819658-72.2015.8.15.2001**

**JOSE ALEXANDRE SOBRINHO**, devidamente qualificado(a), nos autos da **Ação de DPVAT**, sob o número **0819658-72.2015.8.15.2001**, por intermédio de seu advogado(a) e bastante procurador(a), vem mui respeitosamente, a presença de Vossa Excelência, **REQUERER:**

Considerando que a [Seguradora Nobre](#) está em processo de liquidação extrajudicial, desde já, promovo a alteração do polo passivo da demanda, vez que o seguro obrigatório está submetido ao disposto no art. 7º, da Lei 6.194/74, que prevê expressamente a postulação frente a qualquer seguradora consorciada, assim, solicita a alteração do polo passivo para [MAPFRE VERA CRUZ PREVIDÊNCIA S/A, localizada na Av. Presidente Epitácio Pessoa, n.723, centro, João Pessoa/PB, Cnpj n.º 61.074.175/0082-01](#), ato contínuo, requer que seja designada a citação e audiência de conciliação.

Termos em que pede deferimento.

João Pessoa, 29 de Maio de 2017

  
**LIDIANI MARTINS NUNES**  
**OAB NO. 10244/PB**





**Poder Judiciário da Paraíba**  
**7ª Vara Cível da Capital**

PROCEDIMENTO COMUM (7) 0819658-72.2015.8.15.2001

**DESPACHO**

Vistos, etc.

Considerando que não houve a efetivação da citação, bem como tratar-se o caso de solidariedade entre seguradoras, no caso de seguro DPVAT, defiro a substituição do polo passivo.

Considerando a impossibilidade de audiência na mediação por falta de perícia passo a decidir:

Nos termos do **Convênio n. 015/2014** celebrado entre o Tribunal de Justiça e a Mafre Seguros Gerais S/A, **determino a designação de audiência de conciliação entre as partes com a realização de perícia** a cargo da Seguradora, neste Juízo e Fórum Cível de João Pessoa.

Para tanto, determino a escrivania a nomeação perito judicial constante dos quadros do Tribunal de Justiça, nos termos da Cláusula primeira, item 1.2, que deverá ser intimado para comparecer a audiência e realização da perícia, ficando facultado às partes a indicação de assistentes de perito, nos termos do Convênio.

O valor da perícia será de R\$ 200,00 (duzentos reais), a ser pago pela Seguradora, no prazo de 15 dias, a partir da intimação e antes da audiência.

Consigne-se que o não comparecimento injustificado das partes à audiência de conciliação é considerando ato atentatório à dignidade da justiça e será sancionado com multa de até dois por cento da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa, revestida em favor da União ou Estado, nos moldes do art. 334, § 8º, do NCPC.

P. e Intimem-se as partes, devendo o Advogado do autor comparecer acompanhado de seu constituinte.



JOÃO PESSOA, 24 de outubro de 2017.

Juiz(a) de Direito





Poder Judiciário da Paraíba  
7ª Vara Cível da Capital

AV JOÃO MACHADO, S/N, CENTRO, JOÃO PESSOA - PB - CEP: 58013-520

---

Número	do	Processo:	0819658-72.2015.8.15.2001
Classe:		PROCEDIMENTO	COMUM (7)
Assunto:		[ACIDENTE	DE TRÂNSITO]
Polo ativo:	AUTOR:	JOSE ALEXANDRE	SOBRINHO
Polo passivo:	RÉU:	NOBRE SEGURADORA DO BRASIL S.A - EM LIQUIDACAO	

### CERTIDÃO

Certifico que Intimei o Perito Álvaro Vitorino de Pontes Júnior, CRM PB 5453, em cumprimento ao despacho do Juiz de Direito dos autos, fica *designada a pericia para o dia 14/09/2018, a partir das 15:00 horas, Rua Manoel Bezerra Cavalcante, 47, Manaíra* (Ponto de referencia em frente a praça Sílvio Porto), Fone: 83-3247 - 6465, CEP.: 58.038-500, João Pessoa - PB. O referido é verdade e dou fé.

JOÃO PESSOA, 25 de julho de 2018  
MARIA JANDIRA UGULINO NETA



## **Intimação**

**Intimara parte autora através do seu o advogado para comparecer a pericia medica no dia 14/09/2018, a partir das 15:00 horas atendimento por ordem de chegada, a Rua Manoel Bezerra Cavalcante, 47, Manaira(Ponto de referencia em frente a Praça Sílvio Porto), Fone: 83-3247 - 6465, CEP. 58.038-500, João Pessoa - PB**





**ESTADO DA PARAÍBA**  
**PODER JUDICIÁRIO DA PARAÍBA**  
**7ª Vara Cível da Capital**

---

PROCESSO Nº 0819658-72.2015.8.15.2001

PROCEDIMENTO COMUM (7)  
[ACIDENTE DE TRÂNSITO]

AUTOR: JOSE ALEXANDRE SOBRINHO  
RÉU: NOBRE SEGURADORA DO BRASIL S.A - EM LIQUIDACAO

**CERTIDÃO DE JUNTADA DE DOCUMENTO**

Certifico e dou fé que, nesta data, faço JUNTADA aos presentes autos do Laudo devolvido do perito, em anexo.

7ª Vara Cível da Capital-Pb, 14 de novembro de 2018.

MARIA JANDIRA UGULINO NETA

Técnico Judiciário



RECEBIMENTO

Em, 15/10/2018

17799822

EXM<sup>o</sup>. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA 7<sup>a</sup> VARA CÍVEL DA COMARCA DE JOÃO PESSOA -  
TJPB

PROCESSO: nº. 0819658-72.2015.815.2001

Reclamante: JOSE ALEXANDRE SOBRINHO

Reclamado: NOBRE SEGURADORA

ÁLVARO VITORINO DE PONTES JÚNIOR, brasileiro, casado, médico perito, com título de especialista pela AMB (Associação Médica Brasileira) em PERÍCIAS MÉDICAS, inscrito no CRM/PB sob o nº 5453, vem, com o devido respeito, participar à Vossa Excelência o laudo pericial do reclamante em epígrafe ao mesmo tempo que solicita o pagamento dos honorários periciais via depósito bancário em conta corrente do Banco do Brasil, agência 8632-0, conta corrente 111159-0, e informa que já contribui sobre o teto do INSS e do ISS.

Nestes termos,

Pede deferimento

João Pessoa, 14 de outubro de 2018



ÁLVARO VITORINO DE PONTES JÚNIOR

CRM/PB 5453



14 de outubro de 2018

### PERÍCIA MÉDICA

PROCESSO: nº. 0819658-72.2015.815.2001

Reclamante: JOSE ALEXANDRE SOBRINHO

Reclamado: NOBRE SEGURADORA

Em 14 de setembro de 2018 compareceu ao consultório médico o Sr. JOSE ALEXANDRE SOBRINHO para realização da perícia médica, com laudo em formulário próprio anexo a este documento onde constatei:

- LIMITAÇÃO PARCIAL DOS MOVIMENTOS DO COTOVELO ESQUERDO DECORRENTE DE ACIDENTE DE TRÂNSITO LEVANDO A PERDA PARCIAL INCOMPLETA DA MOBILIDADE DO COTOVELO ESQUERDO DA ORDEM DE 10% (RESIDUAL).

João Pessoa, 14 de outubro de 2018



ÁLVARO VITORINO DE PONTES JÚNIOR  
CRM/PB 5453



PROCESSO Nº 0819658-72.2015.8.15.2001

**AVALIAÇÃO MÉDICA  
PARA FINS DE VERIFICAÇÃO DO GRAU DE INVALIDEZ PERMANENTE**

(Art. 31º da Lei 11.945 de 4/6/2009 que altera a Lei 6.194 de 14/12/1974)

Nome completo: JOÃO ALEXANDRE SOBRINHO PB-3635222  
CPF: 206362534-49  
Endereço completo: RUA POMBO CORUJIM, 186, CONJUNTO - GABO

**Informações do acidente**

Local: BR 230 PROXIMO A LATA DO BACALHAUS  
Data do Acidente: 12/09/2010

**Concordância com a realização da avaliação médica**

Declaro que as informações da vítima e do acidente, acima indicados, são verdadeiras e que compareci, por livre e espontânea vontade, para realização da avaliação médica para fins de verificação do grau de invalidez permanente em razão do processo judicial nº 0819658-72.2015.8.15.2001, para pagamento de indenização DPVAT por invalidez permanente, do qual figura como autor e que tramita na 73 Vara Cível ou JEC da Comarca de JOÃO PESSOA

JOÃO PESSOA / PB, 14 de setembro de 2018.  
João Alexandre Sobrinho  
Assinatura da vítima

**Avaliação Médica**

I) Há lesão cuja etiologia (origem causal) seja exclusivamente decorrente de acidente pessoal com veículo automotor de via terrestre?

☒ Sim ☐ Não ☐ Prejudicado

Só prosseguir em caso de resposta afirmativa.

II) Descrever o quadro clínico atual informando:

a) qual (quais) região(regiões) corporal(is) encontra(m)-se acometida(s)?

MEMBROS SUPERIORES DESTRO-ESQUERDO E CERVICAL.

b) as alterações (disfunções) presentes no patrimônio físico da vítima, que sejam evolutivas e temporalmente compatíveis com o quadro documentado no primeiro atendimento médico hospitalar, considerando-se as medidas terapêuticas tomadas na fase aguda do trauma.

DOE DOR MÚLTIPLO E LIMITAÇÃO DE MOVIMENTOS NA AVALIAÇÃO  
REALIZADA EM ALMOFAS.

III) Há indicação de algum tratamento (em curso, prescrito, a ser prescrito), incluindo medidas de reabilitação?

☐ Sim ☒ Não

Se SIM, descreva a(s) medida(s) terapêutica(s) indicada(s):

—



PROCESSO Nº 0819658-77-2018-152001

IV) Segundo o exame médico legal, pode-se afirmar que o quadro clínico cursa com:

- a) ☐ disfunções apenas temporárias
- b) ☒ dano anatômico e/ou funcional definitivo (sequelas)

Em caso de dano anatômico e/ou funcional definitivo informar as limitações físicas irreparáveis e definitivas presentes no patrimônio físico da vítima.

LIMITAÇÃO: A MOBILIDADE CORPORAL DEVIDO A DANO ANATOMICO

V) Em virtude da evolução da lesão e/ou tratamento, faz-se necessário exame complementar?

☐ Sim, em que prazo:

☒ Não

Em caso de enquadramento na opção "a" do item IV ou de resposta afirmativa do item V, favor NÃO preencher os demais campos abaixo assinalados.

VI) Segundo o previsto na Lei 11.945 de 4 de junho de 2009 favor promover a quantificação da(s) lesão(ões) permanente(s) que não seja(m) mais susceptíveis a tratamento como sendo gerador(es) de dano(s) anatômico(s) e/ou funcional(is) definitivo(s), especificando, segundo o anexo constante à Lei 11.945/09, o(s) segmento(s) corporal(is) acometido(s) e ainda segundo o previsto no instrumento legal, afirmar a sua graduação:

Segmento corporal acometido:

a) ☐ Total

(Dano anatômico e/ou funcional permanente que comprometa a íntegra do patrimônio físico e/ou mental da vítima)

b) ☒ Parcial

(Dano anatômico e/ou funcional permanente que comprometa apenas parte do patrimônio físico e/ou mental da vítima).

Em se tratando de dano parcial informar se o dano é:

b.1 ☐ Parcial Completo (Dano anatômico e/ou funcional permanente que comprometa de forma global algum segmento corporal da vítima).

b.2 ☒ Parcial Incompleto (Dano anatômico e/ou funcional permanente que comprometa apenas em parte a um (ou mais de um) segmento corporal da vítima).

b.2.1) Informar o grau de incapacidade definitiva da vítima, segundo o previsto na alínea II, §1º do art. 3º da Lei 6.194/74 com relação introduzida pelo artigo 31 da Lei 11.945/2009, correlacionando o percentual ao seu respectivo dano, em cada segmento corporal acometido.

Segmento anatômico

Marque aqui o percentual

1ª Lesão

Lesão em p. da mobilidade corporal devida

☒ 10% Residual ☐ 25% Leve ☐ 50% Média ☐ 75% Intensa

2ª Lesão

☐ 10% Residual ☐ 25% Leve ☐ 50% Média ☐ 75% Intensa

3ª Lesão

☐ 10% Residual ☐ 25% Leve ☐ 50% Média ☐ 75% Intensa

4ª Lesão

☐ 10% Residual ☐ 25% Leve ☐ 50% Média ☐ 75% Intensa

Observação: Havendo acordo mais de quatro sequelas permanentes a serem quantificadas, especifique a respectiva graduação de acordo com os critérios ao lado apresentado:

Local e data da realização do exame médico:

J. Petrópolis, 14 de Novembro de 2018

Assinatura do médico - CRM



anexo



**EXCELENTÍSSIMO (A) SENHOR (A) DOUTOR (A) JUIZ (A)  
DO(A) 7A. VARA CIVEL DE JOÃO PESSOA - PB**


**Processo de no. 0819658-72.2015.8.15.2001**

**JOSE ALEXANDRE SOBRINHO**, devidamente qualificado(a), nos autos da **Ação de DPVAT**, sob o número **0819658-72.2015.8.15.2001**, por intermédio de seu advogado(a) e bastante procurador(a), vem mui respeitosamente, a presença de Vossa Excelência, **REQUERER**:

Frente ao [laudo Pericial juntado pelo expert](#), resta apenas a parte autora solicitar a procedência da ação, para que o julgador **condene em parte a Seguradora a pagar de acordo com o valor da lesão atestada em sede de laudo pelo expert**, qual seja, [10% da Perda completa da mobilidade do cotovelo esquerdo, acrescido de correção monetária pelo INPC a partir da data do evento \( 12/09/2010, em conformidade com a Súmula 43 e 580 do STJ, mais Juros de 1º ao mês da data da citação \(Súmula 426 do STJ\), e Honorários Sucumbenciais de R\\$ 2.000,00 \(Dois Mil Reais\) tendo em vista que a condenação recairá em parte mínima da ação, valor irrisório](#), podendo o juiz frente ao zelo e grau do advogado arbitrar honorários quando a condenação recair em parte mínima da ação (Art. 86,Cpc/2015), **determinando a seguradora arcar na totalidade com as custas processuais e honorários frente a condenação recair em parte mínima da ação.**

Termos em que pede deferimento.

João Pessoa, 21 de Novembro de 2018

  
**LIDIANI MARTINS NUNES**  
OAB NO. 10244/PB





**Poder Judiciário da Paraíba**  
**7ª Vara Cível da Capital**

PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7) 0819658-72.2015.8.15.2001

**DESPACHO**

Vistos, etc.

Intime-se para pagamento dos honorários do perito, no prazo de cinco dias.

JOÃO PESSOA, 24 de julho de 2019.

Juiz(a) de Direito





**Poder Judiciário da Paraíba**  
**7ª Vara Cível da Capital**

**AV JOÃO MACHADO, S/N, CENTRO, JOÃO PESSOA - PB - CEP: 58013-520**

---

**0819658-72.2015.8.15.2001 [ACIDENTE DE TRÂNSITO]**  
**PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)**

**EXPEDIENTE DE INTIMAÇÃO**

Intimo a parte através do advogado para comparecer a audiência de **conciliação Sala:**  
**conciliação Data: 29/10/2019 Hora: 14:00** , a ser realizada na sala de audiência da 7ª Vara  
Cível da Capital, atentando-se ao despacho ID **9157680**: " ... Intimem-se as partes, devendo o  
Advogado do autor comparecer acompanhado de seu constituinte.

João Pessoa-PB, em 18 de setembro de 2019

MARIA JANDIRA UGULINO NETA

Analista/Técnico Judiciário

---





Poder Judiciário da Paraíba

7ª Vara Cível da Capital

AV JOÃO MACHADO, S/N, - até 999/1000, CENTRO, JOÃO PESSOA - PB - CEP: 58013-520

Nº do processo: 0819658-72.2015.8.15.2001

Classe: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)

Assunto(s): [ACIDENTE DE TRÂNSITO]

### MANDADO DE CITAÇÃO/INTIMAÇÃO ( RÉU) - AUDIÊNCIA

O MM. Juiz de Direito da 7ª Vara Cível da Capital manda ao oficial de justiça que em cumprimento a este, cite a parte ré , através do seu representante legal MAPFRE VERA CRUZ SEGURADORA S/A, AV PRESIDENTE EPITÁCIO PESSOA, 723, ESTADOS, JOÃO PESSOA - PB - CEP: 58030-000, do inteiro teor da petição inicial. Outrossim, cientifique-a que foi designada a audiência de conciliação à realizar-se no local supra mencionado, em Tipo: **Conciliação. Data: 29/10/2019 Hora: 14:00** .Conforme despachos ID **9157680**: "Nos termos do **Convênio n. 015/2014** celebrado entre o Tribunal de Justiça e a Mafre Seguros Gerais S/A, **determino a designação de audiência de conciliação entre as partes com a realização de perícia** a cargo da Seguradora, neste Juízo e Fórum Cível de João Pessoa.... Consigne-se que o não comparecimento injustificado das partes à audiência de conciliação é considerando ato atentatório à dignidade da justiça e será sancionado com multa de até dois por cento da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa, revestida em favor da União ou Estado, nos moldes do art. 334, § 8º, do NCPC."

e ID 22970632: "Intime-se para pagamento dos honorários do perito, no prazo de cinco dias."

JOÃO PESSOA, em 18 de setembro de 2019.

De ordem, MARIA JANDIRA UGULINO NETA  
Servidor

Número do documento: 15082812162176300000001883283



## CERTIDÃO

Certifico que, citei e intimei a Mapfre, na pessoa de seu representante legal, conforme se ver a assinatura no mandado. Dou fê.

João pessoa, 10 de outubro de 2019

of. de justiça- 9210-6





Poder Judiciário da Paraíba  
7ª Vara Cível da Capital

AV JOÃO MACHADO, S/N, - até 999/1000, CENTRO, JOÃO PESSOA - PB - CEP: 58013-520

Nº do processo: 0819658-72.2015.8.15.2001  
Classe: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)  
Assunto(s): [ACIDENTE DE TRÂNSITO]

29/10/19

### MANDADO DE CITAÇÃO/INTIMAÇÃO ( RÉU) - AUDIÊNCIA

O MM. Juiz de Direito da 7ª Vara Cível da Capital manda ao oficial de justiça que em cumprimento a este, cite a parte ré, através do seu representante legal MAPFRE VERA CRUZ SEGURADORA S/A, AV PRESIDENTE EPITÁCIO PESSOA, 723, ESTADOS, JOÃO PESSOA - PB - CEP: 58030-000, do inteiro teor da petição inicial. Outrossim, cientifique-a que foi designada a audiência de conciliação à realizar-se no local supra mencionado, em Tipo: **Conciliação**. **Data: 29/10/2019** **Hora: 14:00**. Conforme despachos ID 9157680: "Nos termos do **Convênio n. 015/2014** celebrado entre o Tribunal de Justiça e a Mafre Seguros Gerais S/A, **determino a designação de audiência de conciliação entre as partes com a realização de perícia** a cargo da Seguradora, neste Juízo e Fórum Cível de João Pessoa.... Consigne-se que o não comparecimento injustificado das partes à audiência de conciliação é considerando ato atentatório à dignidade da justiça e será sancionado com multa de até dois por cento da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa, revestida em favor da União ou Estado, nos moldes do art. 334, § 8º, do NCPC."

e ID 22970632: "Intime-se para pagamento dos honorários do perito, no prazo de cinco dias."

JOÃO PESSOA, em 18 de setembro de 2019.

De ordem, MARIA JANDIRA UGULINO NETA  
Servidor

Número do documento: 15082812162176300000001883283



Assinado eletronicamente por: MARIA JANDIRA UGULINO NETA  
18/09/2019 18:20:33

<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam>

ID do documento: 24551476



MAPFRE SEGUROS  
Lucas S. Espínola  
Assistente Comercial

08/10/2019

imprimir

19091818203254100000023767399

